

## PLANO DE ENSINO

<b>DISCIPLINA</b>	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ECA								
<b>DOCENTE</b>	ELISA CRUZ								
<b>CÓDIGO</b>	GRDDIRELE140	<b>SEMESTRE</b>	2022.1	<b>PERÍODO</b>	-	<b>NATUREZA</b>	ELETIVA	<b>CARGA HORÁRIA</b>	30h

<b>EMENTA</b>	Estatuto da criança e do adolescente (eca). Histórico internacional e nacional. A criança e ao adolescente na constituição de 1988. Direitos fundamentais. Convivência familiar e comunitária. Colocação em família substituta. Prevenção especial. Papeis das instituições no direito da criança e do adolescente. Poder judiciário, ministério público, defensoria pública, advocacia, conselho tutelar. Destituição do poder familiar e adoção. Ato infracional. Execução de medidas socioeducativas. sinapse.								
<b>OBJETIVOS</b>	Apresentar as normas internacionais e nacionais sobre infância Compreender os sentidos de infância, os fundamentos das normas de proteção e as formas de sua realização Capacitar os (as) discentes que pretendem atuar na área, em instituições públicas ou privadas Compreender debates atuais sobre infância e adolescência								
<b>METODOLOGIA</b>	Aulas com método socrático, disponibilização de slides e textos.								
<b>HABILIDADES</b>  Exigência MEC  CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.							
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.							
		Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.							
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.							
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.							
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.							
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.							
	X	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.							
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.							
		Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.							
		Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.							
		Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.							
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.							
X	Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.								
	Outras:								
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>									
<b>AULA</b>	<b>TEMA</b>								
1	Apresentação. Conceitos iniciais sobre criança e adolescente								
2	Normas internacionais sobre infância e adolescência								
3	Dos Códigos de Menores ao ECA								
4	Doutrina da proteção integral e princípio do melhor interesse da criança								
5	Convivência familiar e comunitária								
6	Destituição do poder familiar								
7	Adoção								
8	Sistema de prevenção e proteção								
9	Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia								
10	Conselho Tutelar e Poder Judiciário								

11	Ato infracional: conceito e regras gerais aplicáveis
12	Ato infracional: medidas
13	Processo de apuração de atos infracionais
14	Execução de medidas socioeducativas
15	Conclusão
<b>TRILHA</b>	Advocacia Empresarial
	Carreiras Públicas
	Regulação
	<input checked="" type="checkbox"/> Justiça e Sociedade
	Tecnologias
<b>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO</b>	Provas (duas) com consulta.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	MACIEL, Katia Regina Ferreira Lobo Andrade. <i>Curso de direito da criança e do adolescente</i> . PEREIRA, Tania da Silva. São Paulo: Saraivajus. <i>Direito da criança e do adolescente: uma proposta interdisciplinar</i> . 2ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. ROSSATO, Luciano Alves et alii. Estatuto da criança e do adolescente comentado artigo por artigo. São Paulo: Saraiva, 2019 (livro eletrônico) *. *Disponível em base de dados da FGV
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	CUNHA, José Ricardo; SILVA, Andréa Diniz da. Fatores sócio jurídicos que influenciam a aplicação da medida socioeducativa ao adolescente autor de ato infracional: uma análise empírica no Poder Judiciário. <i>Revista de Direito Administrativo (RDA)</i> , v. 249, p. 95-117, 2008. DUARTE, Cláudia Turner P. <i>Justiça, crianças e a família</i> . Curitiba: Juruá, 2018. MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. <i>A proteção da criança no cenário internacional</i> . Belo Horizonte: DelRey, 2005. ROSA, Alexandre Morais da; LOPES, Ana Christina Brito. O sujeito adolescente e o ato infracional. In: ROSA, Alexandre Morais da; LOPES, Ana Christina Brito. <i>Introdução crítica ao ato infracional: princípios e garantias constitucionais</i> . 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011 ROSEMBERG, Fúlvia; MARIANO, Carmem Lúcia Sussel. A convenção internacional sobre direitos da criança: debates e tensões. <i>Cadernos de pesquisa</i> , v. 40, n. 141, p. 693-728, set./dez. 2010.